

Ata de Reunião Comitê de Enfrentamento ao Covid-19 no Sistema Socioeducativo

Data: 18/junho/2020	Local: via Lifesize
Horário de início: 14h00min	Horário de Término: 15:00
<p>SEI nº 0024677-23.2020.8.16.6000 Participantes: Des. Ruy Muggiati, Supervisor do GMF/PR Dra Noeli Salete Tavares Reback, Juíza Coordenadora Estadual - CIJ/TJPR Dra. Claudia Catafesta Kleber Humberto da Silva - Assessoria do GMF/PR Aline Fioravante</p> <p>Ministério Público do Estado do Paraná Dra. Luciana Linero</p> <p>DEASE - Departamento de Atendimento Socioeducativo (SEJUF) Cel. David Antonio Pancotti Alison Adalberto Batista, responsável pela Divisão de Vagas e Informações Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto, responsável pela Divisão Psicossocial Carla Pereira Navarro Lins - Divisão de Saúde</p> <p>OAB/PR Dra. Karina Sabatke</p> <p>DEFENSORIA PÚBLICA Dr. Bruno Muller Silva, Defensor Público, coordenador do Núcleo da Infância e Juventude (NUDIJ)</p> <p>CEDCA José Wilson - Representando a Sociedade Civil</p>	

Secretaria de Segurança Pública - SESP

Dra. Eliete Aparecida Kovalhuk

Assuntos em Pauta:

Para a reunião **de 18 de junho de 2020, às 14h00min**, fica estabelecida a seguinte pauta, ainda aberta para eventuais sugestões dos parceiros:

- 1 -Aprovação da ata da reunião anterior;
- 2- DEASE - atualizações
- 3- Medidas socioeducativas de semiliberdade, alternativas.
- 4-Internação - fluxo de atendimento inicial - período de isolamento - atividades pedagógicas e contatos remotos.
- 5- Assuntos gerais.

Desenvolvimento dos Assuntos em Pauta:

Aberta a reunião pelo Des. Ruy, passou a palavra a Dra Noeli Salete Tavares Reback, que submeteu a pauta da reunião do dia 04 de junho de 2020, **que sem acréscimos, foi aprovada.**

2 - DEASE - atualizações;

Dra. Noeli passou a palavra, a pedido, à Dra Claudia Catafesta:

Dra Claudia Catafesta trouxe a questão das medidas de semiliberdade, apresentando atualizações sobre as referidas medidas. Apontou a necessidade de se pensar os contatos remotos entre adolescentes, familiares e equipes de atendimento:

Dra Noeli elucidou que a semiliberdade foi tratada em outras reuniões e reforçou que a necessidade de retorno dessa medida, pois é considerada uma das melhores medidas, pois oferecem apoio ao adolescente. Exemplificou com a prática em sua comarca, em que o retorno tem sido feito de forma gradativa, determinando aos CREAS que informem no prazo de 15 (quinze) dias sobre as ações realizadas. Com o retorno das informações prestadas pelo CREAS, seguirá ao Ministério Público para manifestação. Após, passou a palavra ao DEASE para que informassem sobre as atividades pedagógicas para adolescentes durante a quarentena nas unidades.

Alison informou sobre uma questão pontual da Comarca de Foz do Iguaçu: que o pedido de vaga para o adolescente ainda não chegou à Central de vagas. Somente o Cense Curitiba encaminhou até hoje o pedido de vaga para a semiliberdade, sendo que a medida foi substituída para medida em meio aberto em Curitiba. Os funcionários da semiliberdade reforçam em outras unidades, como os de Curitiba estão no Cense São Francisco, o que permite que a casa esteja em boa situação. A elaboração do PIA está sendo de forma remota e os adolescentes recebem atividades esportivas individualmente.

Flávia Ziliotto pontuou que no sistema de semiliberdade, o acesso aos serviços da comunidade, é necessário elaborar o PIA de forma planejada. Que a maioria das medidas em semiliberdade estão suspensas, pois sem atividades escolares nos municípios e ficando em suas famílias,

sendo que o acompanhamento está sendo remoto, para garantir o acesso aos benefícios às famílias. Sobre as atividades dos adolescentes e atendimentos, mesmo dos em isolamento, tem orientação que seja mantido em caráter semanal, mesmo de forma remota. O acompanhamento familiar também tem sido semanal, via plataformas digitais. Se comprometeu a verificar as falhas apontadas para esclarecer as orientações. Informou que são realizadas reuniões entre diretores das unidades para acompanhamento das resoluções emitidas e monitoramento.

Cel. Pancotti informou que está com levantamento feito e pronto sobre os meninos que estão fora das unidades para a colocação das cestas básicas a disposição das famílias, colocando os técnicos para averiguar se estão sendo entregues nos municípios, para todas as famílias. Que várias unidades estão ampliando as testagens. Censes adotarem a ampliação de banho de sol e está monitorando todas as ações. Respondeu à Dra. Luciana Linero que as ações pedagógicas estão sendo realizadas no semiliberdade, de forma direta e direcionado ao Cense.

Dra. Noeli trouxe que a execução das ações são práticas que chamam atenção para um reforço e atenção às medidas de semiliberdade. Sobre as vagas, percebe o bom controle de entrada e saída. Que até o dia 17/06/2020 eram 442 vagas ocupadas. Afirmou que, genericamente, tem-se um número bom de vagas disponíveis. Que sobre a semiliberdade, embora suspensa, a medida existe. Trouxe como deliberação que o DEASE faça uma previsão gradativa do implemento das medidas de semiliberdade.

Dra. Claudia Catafesta apontou que a rigidez do sinase não se aplica nesse momento, pois os retornos da semiliberdade precisam ser avaliados em cada comarca.

Dra. Luciana Linero sugeriu uma harmonização da semiliberdade, com acompanhamento técnico na residência do adolescente, para que os acompanhamentos sejam feitos, pois não querem decretar a internação, mas também não fiquem sem medida alguma. Solicitou a manifestação do Desembargador Ruy.

Des Ruy Muggiati comentou que a harmonização dos adultos, no sistema semiaberto, é uma medida de forte aplicação, pois faltam vagas no sistema fechado. Ainda, que o regime semiaberto para os adultos é um regime que perdeu totalmente o controle, sendo um regime de confusão, de aglomeração, tornando-se um espaço da escola do crime, sendo a harmonização uma alternativa ao controle. A harmonização foi uma solução, das nove regionais do Estado, apenas três ainda possuem o regime semiaberto, mas a tendência é que essa forma desapareça, para dar espaço ao regime harmonizado. Curitiba já teve uma unidade de regime semiaberto feminino, mas sua característica era de oferecer um tratamento degradante e foi fechado. Além disso, todas

as mulheres privadas de liberdade do Estado eram trazidas para essa unidade de Curitiba. Já em relação aos adolescentes, a semiliberdade tem configuração diferente do semiaberto dos adultos. Apontou a necessidade de se fazer um aproveitamento do regime semiaberto para um lugar de aprendizado, acompanhamento, o que já foi objeto de conversa há tempos anteriores com o Ministério Público.

Dra. Noeli sugeriu como deliberação pelo comitê a elaboração de um documento a ser encaminhado aos magistrados para que busquem alternativas para execução da semiliberdade. Esclareceu sobre a realização das inspeções nas unidades, vez que a maioria já tiveram as inspeções realizadas, mas sugeriu a elaboração de um roteiro/protocolo para essas inspeções, com base em sugestões apontadas pela Dra. Flávia Kroetz, do CNJ, observando as atribuições de fiscalização da Corregedoria.

Alison questionou sobre a proposta de retomada da semiliberdade, se ela seria apenas aos adolescentes com medidas suspensas e em progressão ou também para novos sentenciados.

Dra. Noeli ressaltou que seria a manutenção da medida de semiliberdade, porém com um outro olhar, não só domiciliar, adotando-se um modelo de forma que possa ser executado remotamente.

Dra. Luciana Linero sugeriu que se pense, junto com a equipe de execução, o que seria possível se apresentar durante esse período de isolamento, um plano para que os adolescentes não fiquem sem atendimentos, na semiliberdade ou para não ficarem internados.

Dr. Bruno Muller apontou a necessidade de se ter coerência com o meio aberto que as unidades em que tem o semi estejam vinculadas para que seja verificada as condições de atendimento da rede, se voltaram ou não, criando critério de possibilidade de retorno. Liberdade assistida e outros serviços da rede ficam restritas em razão da pandemia. Muitas redes e municípios não possuem ferramentas para reuniões, possuindo limitações técnicas e de recursos humanos. Outros municípios buscam alternativas. Trouxe a situação do MP de Santa Catarina, que comprou acessos de videoconferência para fornecer às redes de apoio, propondo que as instituições do comitê possam compartilhar as ferramentas tecnológicas aos municípios.

Dra. Luciana Linero ficou de verificar com o MP a disponibilidade do sistema visando a possibilidade de compartilhamentos com as redes de apoio.

Dra. Noeli reforçou que, dentro da ideia de retorno, tentar buscar alternativas para a utilização de plataformas e que possam ser disponibilizadas aos municípios para uso na semiliberdade de liberdade assistida. A exemplo de Ponta Grossa, os CREAS e CRAS disponibilizam salas para as reuniões e audiências realizadas pela Vara da Infância e Juventude, sugerindo que a rede possa atuar nessa forma de suporte. Apontou a dificuldade que teve com a Defensoria Pública, em razão deste órgão não estar atendendo adolescentes sem advogados e deixou como uma demanda ao Defensor Público, Dr. Bruno Muller, que averigue essa possibilidade. Solicitou ao Dr. Sérgio Kreutz que opinasse sobre as inspeções com base em roteiro na forma sugerida pelo CNJ.

Dr. Sérgio informou que as inspeções não estão suspensas e que se fazem necessárias no momento de pandemia. Que precisa ser previamente designada, observado o contato seguro com adolescentes, uso dos equipamentos de segurança. Que é possível a realização dentro dos parâmetros estabelecidos pelo CNJ.

Dra. Noeli informou que as tratativas da elaboração do roteiro de inspeção se darão com a Dra. Flávia Kroetz, a ser tratado até a próxima reunião;

Cel. Pancotti afirmou que todas as unidades estão cientes e informadas que poderão receber as visitas técnicas de inspeção. Falou dos recursos e obras realizadas nas unidades e solicitou apenas que as inspeções sejam avisadas com antecedência. Declarou que o sistema semiaberto adulto, assim como a semiliberdade, devem funcionar como instrumento de formação e qualificação. Nesse sentido, o DEASE estabeleceu convênio com o SENAI para iniciar cursos de qualificação dos adolescentes e também estão em curso outras licitações para oferecer formação e qualificação e reforçou que os adolescentes da semiliberdade estão sendo acompanhados de

forma remota.

Dra Noeli solicitou ao DEASE que atualizasse a situação nas unidades sobre a Covid-19, internos e equipes.

Carla Lins falou sobre o agente de uma unidade que testou positivo mas que depois de 21 dias de isolamento, se recuperou. Ainda, dois técnicos que apresentaram suspeita estão afastados e mais cinco agentes de segurança foram afastados com suspeita, porém sem sintomas graves, mas afastados por precaução. Um adolescente em São José dos Pinhais, sem sintomas, mas em quarentena, pois veio da delegacia.

Cel Pancotti pediu a palavra para falar sobre o pedido de transparência dos dados do socioeducação solicitados por Dra. Luciana e Sr. José Wilson em reunião do CEDCA;

Dra. Luciana afirmou que houve solicitação do CEDCA sobre a transparência das informações no sistema de socioeducativo. Informou da disponibilidade dos dados ofertados pelo comitê.

Sr. José Wilson que a solicitação é de disponibilizar os dados sobre infecções ou recuperados, para que seja elemento de tranquilizar.

Dra Noeli reformou o papel do CEDCA e que alguns dados seriam disponibilizado ao comitê e outros para a sociedade. Que não há o que disponibilizar a mais pois tudo está sendo colocado a disposição. Que o controle está sendo bem feito. Que as ações são bem feitas. Que se precisa colocar mais publicização. Que o comitê, criado por orientação do CNJ, tem cumprido seus objetivos.

Dr. Bruno Muller que os dados pedidos na reunião já foram trazidos e os demais estão sendo publicizados.

Dra Luciana ressaltou que sobre a divulgação de números, esse comitê já tinha deliberado que ficaria restrito ao acesso ao grupo, e que se preocupa com crise institucional e consequências violentas para o sistema, familiares, caso existe divulgação desses dados, os quais devem estar sob o sigilo como proteção aos adolescentes.

Cel Pancotti compreende que para o CEDCA, que é membro do comitê, já tem conhecimento dos dados. Toda divulgação fere o princípio legal de proteção ao adolescente. Qualquer divulgação desses números ou casos, gera uma instabilidade de ação operacional e que precisa ficar claro para todos do CEDCA essas situações e que fatos dessa relevância não gostaria de repassar para a comunidade como consequência de criar fatalidades.

Dra. Noeli apresentou um resumo da reunião:

O DEASE fará um reforço nas orientações aos diretores de unidades para atentarem ao tratamento que se dá aos adolescentes no período que ficam em quarentena.

Elaboração de esboço sobre formato alternativo de cumprimento da semiliberdade, considerando a atividade remota e complementando, dentro dela, possibilidades de ferramentas e plataformas de apoio das medidas. Houve a proposta do Defensor Público que também se observe meios de atender no meio aberto.

Avaliação com Corregedoria da Justiça sobre a possibilidade de elaboração de roteiro para a realização de inspeções no formato presencial cumprindo a última resolução do CNJ sobre o assunto.

Des. Ruy Muggiati agradeceu a todos pela participação e da responsabilidade que todos demonstram. Que é um momento marcante para todos essa fase das realidades digitais. Que esse momento nos ajude a crescer interiormente e que possamos fazer uma boa construção para todos os adolescente, crianças e famílias.

Encaminhamentos:

- Fica designada reunião para o dia 25 de junho de 2020, às 14h00min, utilizando-se a plataforma virtual Webex por meio de convênio CNJ/Cisco a ser criada sala de reunião pela assessoria do GMF;